

## A EDUCAÇÃO PELO TRABALHO DE MENINOS “EXCEPCIONAIS” NA FAZENDA DO ROSÁRIO<sup>1</sup>

Heulalia Charalo Rafante<sup>2</sup>

Roseli Esquerdo Lopes<sup>3</sup>

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

### RESUMO:

Trata-se de uma pesquisa histórica, baseada em fontes documentais, cuja análise buscou fazer emergir a história da Fazenda do Rosário, instituição criada em 1940, pela psicóloga e educadora russa Helena Antipoff, para receber, em regime de internato, meninos “excepcionais” de Belo Horizonte. Observou-se as ações pedagógicas, o perfil e a trajetória dos internos, além das reações ao processo de institucionalização – a partir de conceito formulado por Franca e Franco Basaglia (1977), entendido como um instrumento dos setores dominantes da sociedade para conservar a ordem vigente, no sentido de detectar o diferente e isolá-lo, numa estrutura de organização social que produz a contradição. Verificou-se, sob orientação desse referencial, se as ações empreendidas por Helena Antipoff atenderam às necessidades das crianças e dos adolescentes institucionalizados ou se constituíram enquanto resposta ao meio social em que se instalou a instituição. Concluiu-se que a formação dos meninos tinha por objetivo prepará-los para o trabalho e o fio condutor das atividades foi o próprio trabalho, que substituía os estudos e as brincadeiras e os obrigava a se comportarem como adultos trabalhadores. Essa educação visava à produção da adaptação dos internos a uma realidade social pré-estabelecida, sendo, portanto, a educação ‘apenas’ um meio para, de fato, proteger e conservar o ordenamento social.

**Palavras-chaves:** Educação e Trabalho; Educação e Pessoas com Deficiência; Helena Antipoff; Institucionalização; Ocupação e Trabalho; Pessoas com Deficiência – História.

### THE EDUCATION BY THE WORK FOR THE “EXCEPTIONAL” CHILDREN AND ADOLESCENTS IN ROSÁRIO FARM

### ABSTRACT:

This article is about a historical research, based on documental sources, whose analysis made the history of Rosario Farm emerge. It was an institution created in 1940 by the Russian psychologist and educator Helena Antipoff, to receive, in a boarding school system, “exceptional” children from Belo Horizonte. It was examined the pedagogical actions, the profile and the trajectory of the interns, moreover, the reactions to the institutionalization process – understood as an instrument of dominant sections of society to conserve the current order, with the purpose to detect the different and isolate it, in a structure of social organization that produces contradiction, from the prescribed concept by Franca e Franco Basaglia (1977). Under the orientation of this reference, it was verified if the actions applied by Helena Antipoff had taken care of to the necessities of the children and of the institutionalized teenagers or if they were established as an answer to the social environment in which the institution was placed. It was concluded that the formation of the children had for objective making them able for the labor market and the conducting wire of the activities was the work itself that replaced the studies and the games and made them to behave as grown-up workers This education aimed at to the production of the adaptation

of the interns to an already-shaped social reality, being, therefore, the education only a path, indeed, to protect and conserve the social order.

**Key-words:** Education and Work; Education and People with Disabilities; Helena Antipoff; Institutionalization; Occupation and Labor; People with Disabilities – History.

## 1 – INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta uma pesquisa histórica, baseada em fontes documentais, cuja análise buscou fazer emergir a história da Fazenda do Rosário, instituição criada em 1940, pela educadora russa Helena Antipoff, para receber, em regime de internato, meninos “excepcionais” de Belo Horizonte. Analisamos as ações pedagógicas, o perfil e a trajetória dos internos, as reações ao processo de institucionalização, a repercussão desses processos para os institucionalizados, buscando verificar se as ações empreendidas naquela instituição atenderam às necessidades dos “excepcionais” institucionalizados ou constituíram-se enquanto resposta ao meio social onde se instalou essa instituição, quer dizer, a sociedade mineira das décadas de 1930 e 1940.

O texto apresenta a trajetória de Helena Antipoff desde seu país de origem, a Rússia, perpassando o período em que ela residiu na França e Suíça (1908-1916), a volta de Helena Antipoff para a Rússia (1916-1924), no contexto da Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa e, ainda, sua permanência na Suíça (1925-1927), até receber o convite para trabalhar em Minas Gerais, no contexto da Reforma de Ensino Francisco Campos (1927).

Depois de acompanhar os passos de Helena Antipoff em Belo Horizonte, buscando compreender os caminhos que a levaram a criar instituições para atender às crianças “excepcionais”, entre elas, a Fazenda do Rosário, o artigo analisa as atividades dessa instituição, constatando que o trabalho constituiu-se o fio condutor dessas relações. Após um estudo das condições em que o trabalho foi adotado como princípio educativo, segue uma crítica à união entre ensino e trabalho praticada naquela instituição.

## 2 – A QUESTÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: UMA LEITURA CRÍTICA A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Partimos da categoria “institucionalização”, formulada por Franca e Franco Basaglia (1977) que, considerando a divisão de classe engendrada pelo modo de produção capitalista, destacam que a aceitação dessa divisão, como um fenômeno natural, exige regras e instituições as quais, aparentemente destinadas a resolver as contradições, servem para manter a divisão original sob a qual se ergue o modo de produção capitalista.

Para esses autores, o processo de institucionalização é um instrumento dos setores dominantes da sociedade para conservar a ordem vigente, no sentido de detectar o diferente e isolá-lo, buscando esconder o fato de que é a estrutura da organização social que produz a contradição.

Os mecanismos de intervenção ou instituições de violência, como definem Franca e Franco Basaglia, são os presídios, os manicômios, os institutos terapêuticos, de controle, de reabilitação e de segregação em que, por meio da mistificação da terapia e da reabilitação, obtém-se a conservação da ordem pública, o ritmo produtivo e a eficiência da organização social. Considerando esses pressupostos, levantamos a questão de pesquisa: as

ações empreendidas por Helena Antipoff atenderam às necessidades dos “excepcionais” institucionalizados ou constituíram-se enquanto resposta ao meio social?

De acordo com Franca e Franco Basaglia (1977), para compreensão do processo de institucionalização, faz-se necessário esclarecer suas finalidades em relação à estrutura social na qual ela se produz. Nesse sentido, fizemos um estudo do contexto econômico, político e social desde o início do período republicano até a década de 1930, colocando em tela as motivações que fizeram com que o governo mineiro convidasse Helena Antipoff para atuar na educação daquele Estado.

Para esses autores, o técnico é encarregado de controlar a contenção, justificada pelas ideologias científicas, de forma que a segregação não é resposta para o segregado e sim para a sociedade que, dessa maneira, elimina o problema. O técnico, por intermédio de sua prática, pode tomar consciência dos mecanismos nos quais as instituições se fundamentam e passar a atuar no sentido de que o objeto da manipulação se aproprie dos conhecimentos que justificam seu estado de segregado a ponto de recusá-los. Nessas condições, o trabalho técnico atua como trabalho político.

Nesse compasso, acompanhamos a trajetória de Helena Antipoff desde a Rússia até sua atuação no ensino da capital mineira. Esse percurso foi analisado buscando compreender quais as experiências e princípios científicos constituíram a base que orientou a prática da educadora na educação em Minas Gerais, bem como conhecer as motivações para a criação da Fazenda do Rosário.

Uma vez percorrido os caminhos que levaram à criação da Fazenda do Rosário, analisamos a instituição e verificamos que o trabalho foi o fio condutor do processo educativo. Investigamos como se deu essa educação pelo trabalho, pautada, também, pela educação para o trabalho, em que as atividades escolares ficavam em segundo plano e o trabalho substituía os estudos e as brincadeiras, obrigando crianças e adolescentes a se comportarem como adultos trabalhadores.

Adotamos um posicionamento crítico frente aos princípios científicos que fundamentaram essa educação pelo e para o trabalho, desde o método para “selecionar” os meninos “excepcionais” encaminhados à Fazenda do Rosário, até a forma como as atividades eram organizadas.

### **3 – HELENA ANTIPOFF: DA RÚSSIA AO BRASIL**

A psicóloga e educadora Helena Antipoff nasceu na Rússia em 1892 e, em 1908, mudou-se para França. No Laboratório de Psicologia da Universidade de Paris, participou da padronização dos testes de nível mental de crianças, elaborados por Alfred Binet e Théodule Simon. Nesse período, a educadora conheceu Edouard Claparède, que a convidou para fazer parte do Instituto Jean-Jacques Rousseau, na Suíça, onde concluiu o curso de Psicologia, com especialização em Psicologia da Educação. Sua experiência profissional teve início na Maison des Petits, escola anexa ao referido instituto e os princípios da “Escola Sob Medida”<sup>4</sup> fundamentaram sua prática pedagógica, juntamente com o método de Experimentação Natural<sup>5</sup>.

A educadora Helena Antipoff retornou à Rússia, em 1916, quando trabalhou com as crianças órfãs, vítimas da Primeira Guerra e da Revolução Russa. Em São Petersburgo, trabalhou no Centro-Médico Pedagógico, estudando as crianças abandonadas e classificando-as para serem encaminhadas de acordo com seu caráter para instituições pedagógicas e jurídicas.

De volta à Genebra, em 1925, trabalhou como assistente de Claparède no Laboratório de Psicologia, assumindo o cargo de professora de Psicologia da Criança. Nesse período, desenvolveu intensa produtividade científica e sua fama ultrapassou as fronteiras dos países de língua francesa, sendo convidada pelo governo de Minas Gerais para auxiliar na implantação da Reforma de Ensino, que estava sendo empreendida naquele Estado.

Ao buscarmos as motivações para a vinda da educadora Helena Antipoff ao Brasil, constatamos que foi justamente uma convergência de princípios que motivou os dirigentes mineiros a convidá-la para atuar junto ao sistema de ensino, visto que, no Regulamento do Ensino Primário, Francisco Campos, autor da referida reforma, referiu-se aos resultados das pesquisas realizadas no Instituto Jean Jacques Rousseau, na Suíça, como soluções definitivas para a educação.

#### **4 – HELENA ANTIPOFF E O ENSINO PRIMÁRIO NA CAPITAL MINEIRA NA DÉCADA DE 1930**

Ao chegar ao Brasil, em 1929, Helena Antipoff assumiu o cargo de professora de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, onde organizou o Laboratório de Psicologia e realizou pesquisas junto aos alunos do ensino primário dos grupos escolares de Belo Horizonte e, ainda, auxiliou no processo de homogeneização das classes desses grupos escolares.

A partir das atividades nos grupos escolares, no início da década de 1930, Helena Antipoff fez um diagnóstico do sistema de ensino mineiro, destacando três problemas: 1) a orientação profissional da criança que não ocorria nas escolas; 2) a formação física, moral e intelectual incompleta das crianças ao saírem da escola primária; 3) as crianças que se encontravam “em perigo moral”. Para a educadora, esses problemas estariam relacionados à duração da escolaridade que, se comparada com países da América do Norte e da Europa, era menor (ANTIPOFF, 1992b). O problema da criança “em perigo moral”, principalmente, seria resultado do próprio sistema de ensino e, fazendo uma crítica à pedagogia tradicional, conclamou a pedagogia experimental, baseada na experimentação contínua:

Jamais a educação se tornará a cura que dela espera a sociedade e os governos para diminuir, num futuro mais ou menos próximo, o rebotinho humano miserável, que enche os hospitais, os manicômios, as prisões, se ela não abandonar o mais depressa possível seu diletantismo superficial e não se transformar numa arte precisa aplicada ao melhoramento da raça humana e munida dos meios que lhe forja a ciência, que nunca se cansa de as aperfeiçoar (ANTIPOFF, 1992c, p. 49).

Em sua atuação junto ao sistema de ensino mineiro, Helena Antipoff percebeu que a escola não atendia às necessidades das crianças, justamente por não incorporar os princípios científicos preconizados pela pedagogia experimental. Assim, a educadora direcionou sua atuação no sentido de criar instituições para receber essas crianças consideradas “excepcionais”, retirando-as do sistema de ensino oficial, sob a justificativa de que a escola era responsável pela não adaptação dessas crianças. Em 1932, a educadora criou a Sociedade Pestalozzi, associação civil que centralizou as ações direcionadas aos “excepcionais” em Belo Horizonte, viabilizando outras instituições: o Instituto Pestalozzi (1934), o Pavilhão de Natal (1935) e a Fazenda do Rosário (1940).

No Instituto Pestalozzi, a criança “excepcional” tinha a possibilidade de concluir o ensino primário, além de iniciar algum ofício que lhe permitisse exercer alguma atividade remunerada ao deixar a instituição. Todavia, não eram todas as crianças que passavam pela instituição que conseguiam concluir o ensino primário ou se profissionalizar, algumas permaneciam no estabelecimento até alcançarem uma idade avançada, sem que se conseguisse um “ajustamento social para uma existência menos dependente da família e do Estado” (ANTIPOFF, 1992g, p. 274). Foi para atender essas crianças que a Sociedade Pestalozzi adquiriu uma propriedade no campo, onde se instalou uma escola-granja para recebê-las. Nascia, nesse contexto, a Fazenda do Rosário.

Em 1939, terminava o curso primário a primeira turma dos alunos do Instituto Pestalozzi. Sob a pressão da necessidade de assistir esses menores, que não se achavam em condições de continuar os estudos em outros estabelecimentos, nem de se empregar em ocupações profissionais, resolveu a Sociedade Pestalozzi adquirir uma propriedade rural e nela instalar uma Escola-Granja para menores desajustados e crianças excepcionais (ANTIPOFF, 1975, p. 146).

## 5 – A FAZENDA DO ROSÁRIO E O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MENINOS “EXCEPCIONAIS”

Até aqui apresentamos o caminho de Helena Antipoff desde a Rússia até a criação da Fazenda do Rosário. Nas páginas seguintes, colocaremos em tela a análise das ações empreendidas pela educadora russa na referida instituição, na década de 1940. As fontes utilizadas foram artigos escritos por Helena Antipoff em épocas e circunstâncias diferentes; a biografia de Helena Antipoff, escrita por Daniel Antipoff, filho da educadora; diários e publicações de professoras que trabalharam na Fazenda do Rosário ou foram alunas dos cursos de treinamento para professores, instalados na instituição a partir de 1948; relatórios da Diretora da instituição, Yolanda Barbosa. A partir do cruzamento dessas fontes, levantamos os elementos para a análise das práticas desenvolvidas na instituição.

O local para a instalação da Fazenda do Rosário foi um sítio de quarenta e cinco alqueires de terra, situado a quatro quilômetros do município de Ibitaré e a vinte e cinco quilômetros de Belo Horizonte. O negócio foi fechado em trinta de dezembro de 1939 e o auxílio financeiro veio de doativos. A direção da Fazenda do Rosário ficou a cargo de Yolanda Barbosa e Dona Cora foi a primeira professora, sendo que ambas chegaram à Fazenda do Rosário no início de janeiro de 1940:

(...) Seus começos foram bem modestos: duas professoras – Dona Cora de Faria Duarte e Dona Yolanda Barbosa, com seis meninos do Abrigo de Menores e do Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte e mais os primeiros apetrechos domésticos – tudo isso transportado num caminhão – entravam na modestíssima casa de abodes, de chão batido. Sem água encanada, sem luz elétrica, sem instalações higiênicas, a vida dos pioneiros era dura e sem conforto. Precisou muita coragem e devotamento infinito à causa da infância desamparada para agüentar esses difíceis inícios (...) (ANTIPOFF, 1992h, p. 241).

As aulas do curso primário, com quatro séries de ensino, destinadas aos alunos internos e externos vindos da vizinhança, tiveram início em fevereiro de 1940, com a

abertura da Escola Isolada Dom Silvério, que funcionava nas instalações simples da propriedade rural. Apenas em 1944 teve início a construção do pavilhão central, onde se instalou, a partir de 1946, a residência dos professores, internato das crianças desamparadas, o refeitório, a cozinha, a biblioteca e salas de aula da escola primária.

O perfil dos meninos atendidos na Fazenda do Rosário, até 1942, era constituído pelos “excepcionais sociais”, quer dizer, aqueles classificados por sua conduta ou seu caráter, ou seja, “aqueles cujas condições de vida familiar ou social impediam uma adequada estimulação” (CAMPOS, 2002, p. 22). Incluía, portanto, os meninos abandonados pela família ou pelo responsável. A partir de 1942, a instituição passou a receber também os “excepcionais orgânicos”, quer dizer, aqueles cujo desenvolvimento mental se apresentava aquém ou além do padrão estabelecido para crianças da mesma idade e aqueles portadores de distúrbios de origem hereditária (CAMPOS, 2002, p. 22).

De acordo com que apuramos no relatório da diretora Yolanda Barbosa, para ambos, “excepcionais orgânicos” e “sociais”, o mesmo tipo de atividade: o trabalho. Apesar de alguns meninos não se apresentarem amadurecidos para realizá-lo integralmente.

Em se tratando de menores excepcionais, com retardo mental, outros com instabilidade emocional, com deficiência física ou desajustamentos sociais, poucos eram suficientemente amadurecidos para fazer o trabalho integralmente e com a necessária independência. Na maioria dos casos eram capazes de executar tarefas ou parte do trabalho (ANTIPOFF; BARBOSA, 1992, p. 133).

A partir dos diários das professoras, levantamos elementos do cotidiano dos moradores da instituição que nos ajudaram a compreender o processo de institucionalização das crianças que, além dos seis primeiros internos, havia, em janeiro de 1940, “uma turmazinha de crianças da vizinhança para aulas. Vieram 12, ontem, e, hoje, apareceu um novato (...)” (DIAS apud ANTIPOFF, 1952, p. 03). Embora esse trecho do diário aponte a turma de alunos sendo destacada para aulas, são raros os momentos em que se apresenta essa proposta pedagógica no histórico da Fazenda do Rosário. Isso não quer dizer que ela não existia, mas que Helena Antipoff, ao apresentar as atividades da Fazenda do Rosário, destacou outra proposta de ação para formação de seus alunos. Tratava-se da educação edificada pelo trabalho, voltada para o trabalho, buscando a “formação de gerações melhor preparadas para a produção técnico-econômica, agrícola e artesanal” (ANTIPOFF, 1992i, p. 171).

Vejamos, então, como se efetivou essa proposta na Fazenda do Rosário. Dona Cora, uma das primeiras professoras a chegar na Fazenda do Rosário, relatou em seu diário que as primeiras benfeitorias na propriedade rural foram feitas pelos novos moradores.

(...) começamos nossa ‘alta recreação’ um movimento de limpeza no sítio. O caminho para o córrego estava intransitável; já agora se pode passar, sem pisar nas ervas. A bica, Iolanda consertou. A frente da casa apresenta melhor aspecto, com as bananeiras limpinhas (DUARTE apud ANTIPOFF, 1952, p. 1-2).

Os primeiros internos chegaram à Fazenda do Rosário no dia dois de janeiro de 1940 e, consta nos diários que, no dia nove daquele mês, “os meninos receberam a distribuição dos serviços que está à parede da cozinha para lhes lembrar os deveres. Cada qual ficou encarregado de um trabalho, e ontem deram conta satisfatoriamente das

obrigações” (MELO apud ANTIPOFF, 1952, p. 2). E o dia de trabalho começava cedo para eles, pois segundo o diário de 18 de março de 1940, “ontem, às 5 horas e meia da manhã já se ouvia a vozeria alegre dos meninos, que já são sete, tomando leite no curral” (MELO apud ANTIPOFF, 1952, p. 2).

As atividades escolares propriamente ditas ficavam em segundo plano. Essa afirmativa fundamenta-se nos trechos dos diários destacados por Helena Antipoff para comporem o Histórico da Fazenda do Rosário que, além de darem maior destaque ao trabalho agrícola executado pelos meninos na fazenda, demonstraram que as atividades escolares não eram prioridades nos deveres dos meninos internos.

22/01/40 – Como amanheceu chovendo muito (...) fiquei só com os meninos, os quais não podendo fazer o trabalho de conserto da estrada e capina, ficaram lendo, escrevendo (...) (BARBOSA apud ANTIPOFF, 1952, p. 5).

Destacamos também uma passagem do diário de Helena Antipoff referindo-se a um aluno que estava saindo da instituição um ano após sua chegada, cuja mestra se preocupava com a formação incompleta do menino nesse período que passou na fazenda.

11/01/41 – (...) Queria eu que terminasse ao menos o ciclo inteiro da construção que iniciou, britando pedra, devia aprender pelo menos o reboco, a fim de ganhar mais no emprego (ANTIPOFF, 1952, p.20).

O ciclo inteiro não se referia ao ensino primário completo, portanto quatro anos, e sim ao aprendizado da profissão de pedreiro. Apesar dos diários apontarem para a existência de pedreiros adultos, as crianças também ajudavam nas construções dos prédios da instituição.

02/11/40 – (...) Na ausência do “Vovô”, o pedreiro, seu filho Floriano está na direção da Casa de Repouso em construção (...). Mas, por que então, Geraldo Lopes estará na lavoura, ele que é tão bom no serviço de pedreiro? Não combinou com Floriano? Na “reunião” trataremos do caso do “abandono espontâneo” do serviço. Mas de quem é a culpa, do menino ou do mestre? (...) (ANTIPOFF, 1952, p.15).

A partir desse trecho, inferimos que as crianças eram obrigadas a desempenhar o trabalho para o qual estavam designadas e, de acordo com o que apresentamos, esses trabalhos se referiam principalmente a atividades agrícolas e à construção civil. Esses encaminhamentos revelam o objetivo da Fazenda do Rosário, qual seja, preparar indivíduos para produção agrícola e artesanal, visando, em última instância, à fixação do homem no campo.

Com o intuito de criar o hábito do trabalho e de educar com relação a seus desdobramentos econômicos, os diários destacam que ficou estabelecido, a partir de fevereiro de 1940, que os meninos seriam remunerados e o valor a ser pago para cada um estaria vinculado à prontidão com que desempenhasse o trabalho, ao bom humor, à produção, à iniciativa útil e à invenção de algum processo original que melhorasse a realização do mesmo. Os próprios meninos estabeleciam as bases de julgamento, com a aprovação dos professores.

A reunião que definiu a remuneração dos internos ocorreu em três de fevereiro de 1940, sendo a primeira do Conselho da Fazenda, que passou a acontecer semanalmente, contando com a participação dos internos, com o objetivo de organizar as atividades da instituição e viabilizar “maior harmonia entre todos e mais estreita colaboração de meninos e adultos, professores, trabalhadores e encarregados dos serviços (...)” (MELO apud ANTIPOFF, 1952, p.7).

Na reunião do dia doze de outubro de 1940, dia da criança, foi discutida a implantação das fichas de trabalho individual e do grupo, “a fim de melhor controlar a distribuição dos encargos e dos esforços (...)” (ANTIPOFF, 1952, p. 13). Nessas fichas, os alunos recebiam notas de acordo com o seu desempenho referente à rapidez no trabalho, método, perseverança, cuidado com o material, iniciativa, responsabilidade, humor durante o trabalho, habilidade e capricho. Essas fichas serviam de critério para remuneração, orientavam as professoras no melhor conhecimento dos alunos e os guiava no aperfeiçoamento de suas capacidades e do seu caráter (ANTIPOFF; OTTONI; DUARTE, 1958, p28).

A diretora Yolanda Barbosa justificou em seu relatório que o trabalho era utilizado na Fazenda do Rosário para ensinar ofícios para os alunos, mas, principalmente, como meio de educá-los social e moralmente e, por isso, essa necessidade de controlar suas atividades.

Tomamos o trabalho aqui na escola não somente como um meio de ensinar aos alunos alguns ofícios e técnicas úteis para a sua vida, mas como uma fonte onde pudéssemos melhor conhecê-los, e como um meio poderoso de educá-los social e moralmente (ANTIPOFF; BARBOSA, 1992, p. 130).

O trabalho como meio educativo visava, ainda, conhecer a aptidão de cada interno para determinados trabalhos. A diretora também classificou os trabalhos executados pelos meninos semanalmente, apresentando-os a partir do mais simples:

1) – Rasgar palha; 2) – Catar esterco; 3) – Bater esterco; 4) – Transportar lenha; 5) – Debulhar milho; 6) – Varrer o pátio e os caminhos; 7) – Varrer as varandas; 8) – Varrer os refeitórios; 9) – Varrer os quartos; 10) – Tirar poeira; 11) – Lavar a casa; 12) – Arrumar as estantes; 14) – Capinar; 15) – Preparar terreno para o plantio; 16) – Plantar; 17) – Cuidar dos animais; 18) – Cuidar da horta; 19) – Cuidar do jardim; 20) – Servente de pedreiro; 21) – Cooperar; 22) – Fazer mandados; 23) – Fazer balaços de bambu; 24) Fazer cestos de barbante; 25) Fazer cestas de cambaúba; 26) – Fazer cestinhas de Jaraguá; 27) Enrestar cebola e alho; 28) – Aprender ofício de sapateiro; 29) – Tomar conta da rouparia; 30) – Cuidar dos alunos mudos (ANTIPOFF; BARBOSA, 1992, p. 131).

A maior preocupação das professoras era com a adaptação dos meninos à vida adulta, principalmente, com a escolha da profissão, já que elas constataram que a maioria tinha pouca inclinação para a vida do campo e para o cultivo da terra. Encontramos registro da tentativa de discutir, na reunião do Conselho da Fazenda, a questão da escolha da profissão, porém, não apareceram os termos em que essa discussão foi colocada. O diário destacou a dificuldade de se realizar esse tipo de discussão, já que os meninos eram muito calados e não exprimiam suas opiniões. O internato, construído na propriedade rural vizinha, denominada “Chacrinha”, que foi anexada à Fazenda do Rosário, em 1942,

destinava-se a atender aos meninos de “maior idade” e Helena Antipoff deixou claro esse encaminhamento, ao afirmar que, aqueles com idade entre doze e dezessete anos de idade real, deveriam se dirigir ao novo espaço, enquanto que, os de “menor idade”, deveriam continuar ocupando outras chácaras da fazenda.

Os trechos dos diários referentes aos acontecimentos na Chacrinha também enfocaram o trabalho realizado pelos meninos e não deram destaque para as atividades escolares. A única sala do Pavilhão servia de refeitório, sala de jogos, sala de aula e sala de estudos, que se realizavam à noite, não havendo lugar específico para as aulas, o que indica que, nesse novo espaço, as atividades escolares também ficavam em segundo plano. Além da mudança de local, a vida dos meninos não se alterou, a rotina de trabalho continuava muito parecida, pois na “Chacrinha”, com exceção da cozinheira, não havia empregados, estando todas as atividades sob responsabilidade dos meninos.

(...) Sem empregados, exceto a cozinheira, todos os trabalhos domésticos, de horta, jardim e de criação de animais e outros se fazia exclusivamente pelos meninos. Obedecendo a uma distribuição semanal de tarefas que se especificava no quadro na única sala servindo de refeitório, sala de aula, de capela, e de salão de jogos e estudos todas as noites – os meninos, no horário previsto, se distribuía pelas tarefas individualmente, ou em grupos, para cumprir com suas obrigações (ANTIPOFF; BARBOSA, 1992, p. 129).

O Pavilhão da Chacrinha foi inaugurado no dia doze de janeiro de 1942 e, pouco tempo depois, o diário da diretora Yolanda Barbosa destacou a distribuição dos trabalhos entre os meninos da nova chácara da Fazenda do Rosário. Eles podiam opinar na forma de execução dos trabalhos, desde que fosse para tornar a nova casa habitável e isso implicava a boa vontade de todos para executar os trabalhos da Fazenda.

28/01/42 – Fiz uma distribuição do trabalho e logo, cada qual começou sua tarefa. Em poucas horas pusemos as coisas de casa mais ou menos em ordem. As dificuldades foram resolvidas, cada um dava a sua opinião, às vezes absurdas, outras vezes acertadas e assim a casa ficará habitável, já que contamos com uma grande dose de boa vontade de todos (BARBOSA apud ANTIPOFF, 1952, p. 22-3).

Dois dias após a inauguração do Pavilhão da Chacrinha, os diários relatam a colheita de feijão realizada por seus moradores. Considerando que o Pavilhão foi inaugurado dois dias antes, essa plantação foi cultivada antes da inauguração oficial e transferência dos meninos para a nova extensão da Fazenda do Rosário, o que constitui mais um sinal de que o trabalho era prioridade nas atividades da instituição. Poderíamos ter sido levados a pensar que essa plantação pertencia à parte mais antiga da Fazenda e que os alunos se deslocavam para efetuar a colheita, mas os diários deixaram claro que o feijão foi cultivado na Chacrinha.

De acordo com o relatório da diretora Yolanda Barbosa, a distribuição do trabalho era feita pelo período de uma semana, em que o menino ficava responsável por determinada tarefa e, ao final desse período, os meninos eram reunidos para avaliação do seu desempenho, recebendo cada um a sua nota, que variava de 0 a 5, numa ficha que acompanhava o trabalho realizado e, para melhor controlar os internos, eram considerados dois pontos: o interesse pelo trabalho – prontidão em começá-lo, resistência, capacidade para executá-lo, capricho; e a disciplina – ordem, bom humor, iniciativa.

Os alunos eram divididos em turmas e cada uma tinha um chefe ou responsável e, segundo a diretora Yolanda Barbosa, “além do trabalho de limpeza e jardim aqui na Chacrinha, as turmas são obrigadas a trabalhar na lavoura ou fazer qualquer trabalho extraordinário na Fazenda” (ANTIPOFF; BARBOSA, 1992, p. 137 – grifos nosso). Isso quer dizer que, de acordo com as necessidades institucionais, os meninos da Chacrinha também trabalhavam em outras instalações da Fazenda do Rosário.

De acordo com a diretora da Fazenda do Rosário, da mesma forma que não havia uma distinção entre os encaminhamentos com “excepcionais orgânicos e sociais”, também as crianças menores não recebiam um tratamento diferenciado, trabalhavam como as crianças maiores, servindo de exemplo para aquelas que não se adaptavam aos trabalhos realizados por elas. Já as aptidões, podiam se revelar a partir de um rol de possibilidades previamente estabelecido, ao qual a criança era obrigada a se adaptar. De acordo com a diretora Yolanda Barbosa, o início desse processo não se deu sem conflitos: “(...) eu estive a ponto de pensar que era impossível controlar esse grupinho tão variado de idade, caráter e educação” (ANTIPOFF; BARBOSA, 1992, p. 137).

Com a implantação das fichas de acompanhamento dos trabalhos, o relatório da professora Yolanda apresentou indicativos de uma melhora no desempenho dos internos, destacando alguns meninos que se submetiam ao trabalho sem nenhuma resistência. O pagamento pelo trabalho estava vinculado ao desempenho dos meninos e essa informação é fundamental para compreendermos o comportamento daqueles que se dedicavam exemplarmente ao trabalho, como J. V. e J. M., que se distraíam com um pedaço de cana e, ao ouvirem o sinal, entregaram a cana a um companheiro e saíram para iniciar o trabalho. Contudo, essa atitude positiva frente ao trabalho não se estendeu a todos e, aqueles que apresentavam alguma forma de resistência, eram chamados de preguiçosos.

## 6 – OS MENINOS DA FAZENDA DO ROSÁRIO: 1940 – 1952

Fazendo um balanço no número de alunos recebidos pela Fazenda do Rosário nos dois primeiros anos de funcionamento, verificamos que a instituição iniciou suas atividades com seis alunos e, ao completar um ano, atendia a vinte e três meninos. Não conseguimos verificar quantos internos havia na Fazenda do Rosário quando a Chacrinha iniciou suas atividades, em 1942, nem quantos foram transferidos e quantos ingressaram diretamente na extensão da instituição. Apuramos que, após três meses de inauguração do Pavilhão da Chacrinha, esta contava com dezenove alunos, contudo, não sabemos dizer quantos alunos havia na Fazenda do Rosário como um todo.

Ao final do segundo ano de funcionamento da Chacrinha e do quarto ano de atividades da Fazenda do Rosário, em outubro de 1943, a diretora Yolanda Barbosa elaborou o relatório geral, referente às atividades desenvolvidas nessa chácara da Fazenda do Rosário e, nesse momento, havia 51 meninos atendidos, cujas idades reais variavam entre sete e dezessete anos.

A diretora da Fazenda do Rosário, Yolanda Barbosa, em 1952, apresentou um balanço do número de alunos atendidos pela instituição desde a sua fundação, em 1940, até aquela data, constatando que havia lidado com inteligências ‘taradas’, com caracteres difíceis, com desajustados, com desamparados e com muitas outras crianças, que constituiu cada uma, um problema social e psicológico para os educadores.

Foram atendidos 343 alunos, nesses doze anos de atividades da Fazenda do Rosário, sendo que, deste total, 121 encontravam-se internados em 1952, cujas idades variavam de 4 a 18 anos (5 tinham idade entre 4 e 6 anos; 68 tinham entre 7 e 12 anos; 39

estavam com idade entre 13 e 18 anos; 8 possuíam idade ignorada) e, ainda, havia um adulto entre os internos, verificamos que tinha mais de 18 anos, mas não foi possível esclarecer a idade exata.

Do total de alunos atendidos até 1952, incluídos aqueles que ainda encontravam-se na instituição, 34%, quer dizer, 116 alunos foram internados por motivo de abandono social e falta de recursos financeiros, sendo que órfãos de pai e mãe eram 47 e aqueles cujos pais eram desconhecidos somavam 69 internos.

Quanto aos outros 227 internos, foram indicadas outras motivações para a internação, que se referiam ao diagnóstico feito pela Sociedade Pestalozzi, entre os alunos atendidos pela instituição na capital mineira. No início do ano, a diretora da Fazenda do Rosário notificava o presidente da Sociedade a respeito das vagas existentes e este, por sua vez, encaminhava à instituição os casos mais urgentes.

Muitos dos meninos, internados devido ao abandono, foram encaminhados para a instituição pela polícia e nem sabiam falar dos seus progenitores, permanecendo na instituição por anos consecutivos sem receber visita de quaisquer familiares.

(...) Mo., recolhido da rua pela polícia, ainda aos 5 anos, nada sabe dos seus; está na escola há oito anos, sente-se feliz. H., também, enviado à Escola pela polícia, só sabe dos seus que: “morava no morro do Querosene”. Há, atualmente, internos na escola, 8 alunos que há mais de 6 anos não recebem visita de parentes ou amigos (BARBOSA apud ANTIPOFF, 1952, p. 07).

O aluno identificado no relatório da diretora por Mo. e que, em 1952, estava na instituição há oito anos, foi, portanto, internado em 1944, aos cinco anos de idade e, no momento em que o relatório foi escrito, contava, então, com 13 anos de idade. Percebemos casos de alunos que permaneceram mais tempo na instituição, sem nenhum contato com a família. Foi o caso de J. P. que foi retirado pelo delegado do trem, onde se encontrava sozinho e sem bilhete de passagem, contava com 6 anos de idade, quando foi recolhido. Considerando que no momento em que o relatório foi escrito já estava internado há 11 anos, tinha 17 anos e estava internado desde 1941.

A partir da informação da permanência dos meninos por até onze anos na instituição, acreditamos que não havia um critério estabelecido quanto ao tempo de internação, principalmente para aqueles que não possuíam nenhum vínculo familiar externo. Os documentos consultados não fornecem dados precisos quanto a esse aspecto, que requer ainda maior investigação.

Além da distinção dos motivos para o encaminhamento à Fazenda do Rosário, os alunos foram classificados de acordo com a sua inteligência, baseando-se nos testes psicológicos e, por esse critério, passaram pela instituição durante os doze anos em questão, 22 “idiotas”, 46 “imbecis”, 114 “retardados mentais”, 75 normais, 86 não classificados.

Helena Antipoff (1992f), escrevendo sobre a caracterização dos “retardados mentais”, destacou que esse termo foi introduzido por Alfred Binet ao apresentar um projeto para o funcionamento das classes primárias para anormais e, de acordo com Binet, a educadora pontuou que o indivíduo é assim classificado quando permanece estacionado “num nível inferior ao que caracteriza comumente o desenvolvimento intelectual da massa de uma população a que pertence” (ANTIPOFF, 1992f, p. 185).

Baseando-se ainda em Binet, a educadora Helena Antipoff destacou que era classificado “idiota” aquele indivíduo cujo desenvolvimento máximo ia até três anos de idade mental, apresentando incapacidade de se comunicar por meio da linguagem oral

organizada. Já o “imbecil”, apresentaria, além desse quadro, doenças e taras que afetavam o sistema nervoso e o endocrinológico.

Dos 114 “retardados mentais” atendidos na Fazenda do Rosário, Yolanda Barbosa destacou que, apesar do retardo apresentado quando entraram na instituição, após dois anos internados, a maioria conseguiu aprender a ler e escrever, sendo que 21 deles concluíram o ensino primário; 35 tornaram-se operários, pedreiros, carpinteiros, empregados do comércio, mecânicos na cidade; 5 casaram-se e constituíram família, conseguindo mantê-la; 33 permaneciam internados na instituição; o restante, 20 deles, portanto, não se conhecia o rumo que tomaram. Entre os “retardados mentais”, observamos o caso de um egresso que, segundo a diretora da Fazenda do Rosário, se tornara vagabundo, participando de assalto na capital mineira, depois de ter passado quatro meses na instituição.

Nesses doze anos de funcionamento, Yolanda Barbosa destacou 75 alunos, cujo diagnóstico de inteligência havia apontado para a normalidade. Destes, 40 ainda encontravam-se na instituição, 01 havia concluído o curso na Escola de Horticultura de Itajubá, 09 estudavam em cursos secundários, 20 encontravam-se exercendo diversas profissões, como comerciário, operário, escritório, trabalhavam em oficinas, 2 faziam parte do serviço militar e, por fim, três eram operários e haviam se casado.

A respeito daqueles 22 alunos classificados como “idiotas”, a diretora apontou que, 4 deles permaneciam internados e, não informou o destino seguido pelos outros 18 meninos. Quanto aos classificados como “imbecis”, Yolanda Barbosa também não apresentou o caminho seguido por eles após sua saída da Fazenda.

Verificamos que, dos 343 atendidos na Fazenda do Rosário entre 1940 e 1952, 121 ainda estavam internados, portanto, foram produzidos 222 egressos na instituição nesse período e, deste total, a diretora da Fazenda do Rosário mostrou conhecer a situação egressa de 96 meninos. Estes haviam concluído o ensino primário, trabalhavam como comerciários, operários, pedreiros, carpinteiros, mecânicos, faziam o serviço militar. Yolanda Barbosa fez questão de destacar que 8 meninos tinham se casado e conseguiam manter as suas famílias. Entre todos os egressos, apenas 9 estudavam no ensino secundário e um havia terminado o curso na Escola de Horticultura de Itajubá. A maioria dos meninos a que se fez referência quanto à sua vida egressa fazia parte da classe trabalhadora, apenas 5% desse total havia dado continuidade aos estudos.

Percebemos, por esse balanço, feito pela diretora da Fazenda do Rosário, que os alunos para os quais ela indicou a situação egressa são principalmente aqueles classificados como “retardados mentais” e normais. A partir desse dado, inferimos que a diretora da instituição destacou, em seu relatório, os casos em que a atuação institucional obteve uma readaptação e um reajustamento social dos internos, seja via a continuidade dos estudos, seja via a inserção no mercado de trabalho, este último, na grande maioria dos casos.

Analisando esses números isoladamente, corremos o risco de sermos levados à conclusão precipitada de que a instituição havia conseguido a reinserção social de quase metade dos seus internos. Considerando que estamos falando da instituição que formava seus alunos pelo e para o trabalho e, sob este ponto de vista, podemos dizer que estava conseguindo alcançar, mesmo que parcialmente, os seus objetivos.

Todavia, antes de olharmos para os resultados apresentados, preferimos pensar na situação de 126 egressos para os quais não conseguimos obter nenhuma informação. O que teria acontecido com eles? Além disso, não podemos esquecer dos 121 internos que permaneciam na instituição, muitos deles há anos consecutivos, sem nenhuma perspectiva de saída, como era o caso de J.P. para o qual, segundo Yolanda Barbosa, a instituição havia se tornado sua casa.

(...) J.P. foi retirado do trem de passageiro pelo delegado. Não tinha companheiro de viagem, não tinha passagem e, na sua ingenuidade de 6 anos e debilidade mental, nada sabia nem a respeito de seus pais, nem do lugar de onde viera. Há 11 anos que está internado na Escola e, ninguém o visitou. Com seu bom gênio e, com sua mentalidade deficiente não sente falta, considera a Escola a sua casa (BARBOSA apud ANTIPOFF, 1952, p. 07).

No histórico da Fazenda do Rosário, apresentado por Helena Antipoff em 1962, a educadora falou desses primeiros anos de funcionamento e assim resumiu as atividades da Escola Dom Silvério e ao internato da Chacrinha: “(...) Localizadas em sítios e chácaras, oferecia o internato a seus alunos vários campos de ocupações produtivas e educacionais a uma só vez (...)” (ANTIPOFF, 1992g, p. 275).

Resta saber para quem essas ocupações eram produtivas, porque os diários analisados evidenciaram que, para os meninos, essas ocupações não eram produtivas e, muito menos, educativas. Vejamos: esses diários deixaram claro que os meninos não tinham aptidões para os trabalhos no campo, nem tinham preparo físico para tanto. Além disso, não estavam ali por vontade própria, apresentando diversas formas de resistência tanto à internação, quanto aos trabalhos que eram obrigados a realizar. Aqueles que se submetiam ao trabalho, o faziam sob constrangimento imposto pela avaliação de desempenho, à qual estava vinculada a remuneração do trabalho.

As atividades escolares propriamente ditas ficavam em segundo plano, sendo realizadas à tarde e à noite, após os horários de trabalho ou em dias em que o clima não permitia a realização dos trabalhos da fazenda. Além disso, não havia um local específico para ministrar as aulas e o mesmo tratamento era dispensado a todas as crianças, fossem “maiores” ou “menores”, “excepcionais orgânicos” ou “sociais”. Todos os meninos eram obrigados a fazer um rodízio pelas atividades de limpeza, capina, horta, lavoura, jardim.

Um texto escrito por Helena Antipoff (1992d), ajudou-nos a esclarecer para quem essas ocupações eram produtivas.

A assistência ao ser humano infranormal, fraco e desajustado, na coletividade civilizada, não é somente uma prova moral de solidariedade, em que o homem são e forte presta seu auxílio em nome dos princípios perenes de respeito à pessoa humana – é também fruto da convicção de que servindo à criança mesmo que consideravelmente diminuída no seu potencial psíquico por fatores hereditários ou pela ocorrência de acidentes da primeira infância – se realiza uma obra eficiente ao serviço da sociedade (ANTIPOFF, 1992d, p. 140).

O atendimento aos “excepcionais” representava um eficiente serviço à sociedade formando-os moralmente, para que se adaptem aos padrões sociais e não se transformem em “rebotalho humano miserável, que enche os hospitais, os manicômios, as prisões” (ANTIPOFF, 1992c, p. 49). Para endossar a importância dessa formação moral dos meninos “excepcionais” para a sociedade em que vivem, Helena Antipoff reportou-se às classes especiais da Alemanha, em que os ex-alunos das classes especiais compareciam menos aos tribunais judiciários. Além disso, a assistência aos “excepcionais” prestava um serviço à sociedade na medida em que os preparava para serem capazes de ganhar a vida, quer dizer, torná-los aptos para o trabalho, para que pudessem sobreviver independentes da ajuda do Estado e da sociedade.

Helena Antipoff, após se referir às porcentagens superiores a 90% de crianças que deixaram as classes especiais na Alemanha, entre 1918 e 1925, e conseguiram se empregar

em diversos ramos de trabalho, acrescentou que “(...) nossa experiência nos mostrou igualmente a grande adaptação após o curso feito mais devagar, na vida profissional” (ANTIPOFF, 1992d, p. 141). Depois dessas colocações de Helena Antipoff, inferimos que a formação dos meninos na Fazenda do Rosário visava prepará-los para o trabalho e, para alcançar esse objetivo, o fio condutor das atividades era o trabalho, que substituiu os estudos e as brincadeiras e obrigava crianças e adolescentes a se comportarem como adultos trabalhadores.

## **7 – APONTAMENTOS SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS PROPOSIÇÕES DE HELENA ANTIPOFF**

Sendo o trabalho o fio condutor das atividades da Fazenda do Rosário, é fundamental aprofundarmos o estudo para verificarmos a visão que Helena Antipoff tinha do conceito trabalho. Tomamos como base para essa reflexão, um ensaio escrito pela educadora a respeito desse conceito a partir de uma perspectiva psicológica (ANTIPOFF, s/d), segundo a qual, o trabalho constitui uma atividade universal, ponto de convergência de vários problemas de natureza técnica, política, econômica, social e moral.

Nesse ensaio, Helena Antipoff discutiu o conceito de trabalho partindo da concepção de Claparède, que contrapõe trabalho e jogo, começando seu esquema explicativo pelas modalidades mais simples do jogo espontâneo para chegar, por transição, aos modos mais complexos de trabalho.

De acordo com esse esquema, o importante no jogo é a atividade em si e não o fim a ser alcançado; quanto ao trabalho, a gravidade se desloca e o que importa, em primeiro lugar, é o fim almejado, o que representa a sujeição do trabalhador a um fim distante, tendo por consequência a renúncia aos prazeres imediatos, porém visando a vantagens posteriores. Sendo assim, a satisfação das necessidades, no trabalho, não se dá instantaneamente e sim a prazo.

Baseando-se nesse princípio, Helena Antipoff em outro texto (1992e) colocou em evidência a importância do trabalho, afirmando que, apesar de ter sido considerado inferior e próprio do escravo, o trabalho é planejamento que conduz o indivíduo, gradativamente, do ponto de partida ao ponto de chegada, levando, no final, ao objetivo a ser atingido. E é, nesse sentido, que a educação deveria atuar na criança e no adolescente, auxiliando-os a formar hábitos dessa construção total, mostrando que, em toda obra, o objeto a alcançar necessita da dinâmica psíquica do trabalhador e suas aptidões.

Para Helena Antipoff, o trabalho organizado seria o grande disciplinador da vida, sem o qual, os indivíduos alimentariam o tédio, a desordem, a indisciplina física e moral, os vícios que levam à perversão, perdendo o ritmo da existência. Haveria em todos os indivíduos, desde o ser mais primitivo, até o mais evoluído, uma tendência ao desenvolvimento, à expansão das possibilidades da espécie. Assim como nas plantas, os homens teriam os germes dos tecidos e esboço de todas as formas futuras, que poderiam se desenvolver em condições ambientais propícias, acrescentando-se aos indivíduos a estrutura psíquica capaz de expandir e evoluir mais que qualquer outra. Esse crescimento seria uma necessidade vital do organismo, o grande estimulador das atividades humanas e só seria alcançado através do trabalho livre e organizado, ou seja, “aquele que integrado na existência pessoal, com os meios inteligentemente selecionados visa o fim consciente determinado” (ANTIPOFF, s/d, p. 21). O trabalho livre poderia garantir esse crescimento por permitir ao homem conhecer suas fraquezas e qualidades, ver todas as suas aptidões e perceber todo o seu potencial de desenvolvimento.

De acordo com Helena Antipoff, o trabalho apreendido como uma atividade que impulsiona o desenvolvimento do ser humano, rumo a um aperfeiçoamento cada vez maior, exige dos indivíduos certas qualidades, de iniciativa, de habilidade e de vontade, encontradas apenas nos seres intelectual e moralmente superiores. Nesse aspecto, deveria ser uma obrigação dos indivíduos e de seus educadores formar esses homens “superiores” moral e intelectualmente e, para isso, a educação deveria formar por meio do trabalho, preparando para o trabalho.

Para ser trabalhador, no sentido da palavra que para ele assinalamos, é mister começar do início, isto é, pela formação do homem para a tarefa que ele vai servir futuramente. Nessa formação do homem e do cidadão consiste a fase preparatória para o trabalho que vai ser continuada a vida toda pelo próprio indivíduo (ANTIPOFF, s/d, p. 21).

Apesar de Helena Antipoff ter apontado que, somente a partir do trabalho livremente escolhido, o indivíduo poderia explorar todas as suas aptidões e apreciar todo o seu potencial de desenvolvimento, notamos que a escolha da tarefa para a qual esse mesmo indivíduo deveria ser preparado para exercer no seu futuro não se fazia tão livremente, pois, segundo Helena Antipoff, o indivíduo deveria ser estudado, a fim de poder receber a indicação do campo de trabalho mais apropriado à sua estrutura e às suas tendências, no contexto do ambiente em que estivesse inserido. Assim, o adolescente deveria ser acompanhado em seu desenvolvimento e, se necessário, deveria passar por modificações para se adaptar à sociedade que, de acordo com as suas necessidades, estaria moldando o indivíduo, utilizando como ferramenta o trabalho, preparando o adolescente para se tornar produtivo.

Observamos que a concepção de trabalho de Helena Antipoff tem por base a psicologia, a análise subjetiva, o enfoque no indivíduo, que tem que se modificar, se adaptar a uma sociedade que deve evoluir, a partir da transformação individual e não da organização social.

Procurando ampliar a compreensão do conceito de trabalho, deslocamos a análise da esfera da psicologia para os campos da história e a sociologia. Para isso, recorreremos aos estudos de Karl Marx, com a colaboração de Friedrich Engels. No contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial que, de acordo com Marx, foi responsável pela divisão da sociedade em duas classes: a burguesia industrial que detém os meios de produção e o proletariado, que vende sua força de trabalho por um determinado salário, o trabalho é visto como mercadoria.

O método de análise marxista possibilita a observação das contradições da existência humana, no caso da sociedade burguesa, a exploração do homem pelo sistema capitalista de produção:

(...) essa divisão do trabalho implica, ao mesmo tempo, a sua repartição e de seus produtos, distribuição que na verdade é desigual, tanto qualitativa quanto quantitativa; implica, portanto, a propriedade (...) a divisão do trabalho e a propriedade privada são, além disso, expressões idênticas: afirma-se na primeira, em relação à atividade, o que se afirma na segunda, em relação ao produto da atividade (MARX; ENGELS, 1965, p. 28-9).

Nesse cenário, tanto a propriedade quanto a divisão do trabalho representam a exploração do trabalhador pela burguesia industrial. Tal exploração pode ser evidenciada

pelo conceito de mais-valia que, segundo Marx, é o excedente trabalhado, a força de trabalho consumida na produção de uma determinada mercadoria e que não é paga pelo capitalista, mas que não deixa de obter lucro sobre essa mesma mercadoria.

Ao mesmo tempo em que o trabalho é fonte de lucro para a burguesia, detentora do capital, é mecanismo de alienação do trabalhador. Para Marx, quanto mais o trabalhador se apropria, através de seu trabalho, do mundo exterior, mais se priva dos meios de vida conforme duplo aspecto: primeiro, o mundo exterior deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho; segundo, que cada vez mais deixa de ser um meio de vida para a subsistência física do trabalhador: este se torna um servo de seu objeto, primeiro ao receber um objeto e segundo, ao receber meios de subsistência.

No interior do capitalismo, a propriedade privada de alguns faz com que aqueles destituídos de propriedade vendam sua força de trabalho aos capitalistas, com o objetivo de garantirem sua sobrevivência. Assim, o trabalho torna-se penoso e obrigatório. Isso é compreensível a partir de uma análise histórica do trabalho. A produção da vida material, de acordo com Marx, é um fato histórico, condição fundamental de toda história.

Segundo Marx, o motor da história é a luta de classes. As sociedades, mesmo aquelas anteriores ao desenvolvimento do capitalismo industrial se basearam no antagonismo entre as classes opressoras e classes oprimidas, porém tanto o servo quanto o burguês, no quadro do feudalismo, se elevava a uma certa categoria, enquanto o proletário cai num pauperismo, diante da acumulação das riquezas nas mãos dos burgueses. Desta forma, o capitalismo se tornaria insuportável para os trabalhadores e criaria condições para a sua superação.

O autor alemão pauta sua análise sobre o trabalho e, em geral, a respeito do capitalismo, considerando os diversos modos de produção ao longo da história e de que forma este condiciona as instituições, como o Estado, por exemplo. Nota-se, por meio deste tipo de análise (materialismo histórico) a presença de movimento da história, que parte do desenvolvimento do processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata.

Helena Antipoff desconsidera a historicidade do trabalho quando opta por uma abordagem subjetiva, isto é, do ponto de vista da psicologia, afirmando ser o trabalho o instrumento pelo qual o indivíduo toma consciência de seu valor e do valor da vida. Deste modo, o trabalho dignifica o homem, atribui-lhe um valor. Isso não ocorre com os “sem-trabalho” que, além de privados do acesso aos bens materiais, sofrem constrangimentos de ordem psíquica e se sentem desmoralizados e, segundo Helena Antipoff, “o ‘sem-trabalho’ é o fantasma do homem moderno, a sua grande miséria” (ANTIPOFF, s/d, p. 17).

Essa valorização do homem que trabalha e a “desvalorização” dos denominados “sem-trabalho” leva-nos a crer que o trabalho é inerente ao homem, isto é, faz parte de sua essência e que, aqueles que não trabalham, não o fazem porque não querem. No entanto, mais uma vez recorrendo ao pensamento de Marx, encontramos a afirmativa de que o trabalho não pertence à essência do trabalhador, pois esse mesmo trabalho, da forma como se organiza no sistema capitalista, o desgasta, o mortifica, não é voluntário e sim compulsório.

Centrando sua análise do trabalho no indivíduo, Helena Antipoff não coloca em evidência o fato histórico da divisão do trabalho, que leva à desigualdade social. O que torna incompleta sua análise é o fato de “descolar” o conceito de trabalho de sua historicidade, levando à conclusão de que o trabalho é algo totalmente natural. Contudo, incorporando o movimento da história a essa mesma análise, percebemos que o trabalho torna-se obrigatório para a sobrevivência humana, não devido às condições criadas pela natureza, mas àquelas criadas pelo próprio homem.

Helena Antipoff, ao se pautar pelo princípio de que o trabalho organiza e disciplina a vida dos seres humanos, permitindo-lhe o desenvolvimento máximo de seu potencial, justificava a utilização do trabalho como elemento educativo sem ter que considerar a exploração, a degradação, a alienação a que estão sujeitos aqueles que só dispõem de sua força de trabalho para sobreviver na sociedade capitalista.

## 8 – A EDUCAÇÃO PELO TRABALHO NA FAZENDA DO ROSÁRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE MARX E GRAMSCI

Após a discussão do conceito trabalho nas proposições de Helena Antipoff, partimos para a análise da educação pelo trabalho praticada na Fazenda do Rosário e para realizar esse intuito, nessa última parte do artigo, recorreremos, mais uma vez, a Karl Marx, para o qual o fim da educação, a partir da união ensino e trabalho, é formar o Homem “Onilateral”; recorreremos, também, a Antônio Gramsci, cujo princípio educativo une ensino e trabalho para formar o Homem Dirigente. A partir desses autores, apreendemos categorias que ampliaram nossa visão sobre esse processo e permitiram uma análise crítica das atividades da Fazenda do Rosário.

No livro “Marx e a Pedagogia Moderna”, MANACORDA (1991) “pretende indagar se existe e como se configura uma pedagogia marxiana” (MANACORDA, 1991, p. 01), concluindo que, no Manifesto Comunista, Marx estabelece o princípio educativo da “unificação do ensino com a produção material”, desde que fossem excluídos, através de intervenção política, os aspectos alienantes da fábrica capitalista, pois só assim a fábrica poderia desenvolver sua função libertadora (MANACORDA, 1991, p. 20-26).

No livro “O Capital” (1975), MARX destaca um relatório oficial inglês que apresenta as condições de trabalho das crianças, em que um menino de 9 anos de idade declara:

(...) Vim trabalhar aqui (empresa de laminação) sexta-feira passada. No dia seguinte tive que começar às 3 horas da manhã. Por isso fiquei aqui a noite inteira. Moro há cinco milhas daqui. Dormi no corredor sobre um avental e me cobri com um casaco pequeno. Os outros dias estava aqui às 6 horas da manhã. Este lugar é muito quente (...) (MARX, 1975, p. 293).

Conforme apresenta Manacorda, no documento “As Instruções aos Delegados”, escrito vinte anos após o Manifesto Comunista, Marx, apesar de destacar a maneira horrível como se realiza a tendência da indústria moderna de incluir na produção crianças e adolescentes, a considera progressiva e endossa a tese de que, a partir dos 9 anos de idade, toda criança deve se tornar um operário produtivo, fazendo uma divisão das crianças, para fins de trabalho, em três grupos: dos 9-12, 13-15, 16-17; com os respectivos horários diários de trabalho: 2, 4, 6 horas (MANACORDA, 1991, p. 26).

Manacorda destaca ainda que Marx elabora uma definição do conteúdo pedagógico do ensino socialista, que deveria contemplar o ensino intelectual, a educação física e o adestramento tecnológico, “que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e introduza a criança e o adolescente no uso prático e na capacidade de manejar os instrumentos elementares de todos os ofícios” (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 27). Esse ensino é declarado válido para todas as crianças.

Segundo Manacorda, para Marx a tecnologia possui uma base revolucionária, modificando, constantemente, os processos de produção, trazendo variações no trabalho, deslocando o operário para outros locais. Entretanto, na sociedade capitalista, trata-se de uma ciência operativa, separada do trabalhador que lhe demanda uma versatilidade sem conteúdo, tornando-o “unilateral” (MANACORDA, 1991, p. 29/81).

Nesse sentido, não bastaria combinar com o trabalho de fábrica apenas o ensino elementar. Seria preciso garantir que, nas escolas dos operários, fosse ministrado o ensino tecnológico teórico e prático, de forma a superar a ruptura entre a ciência e o trabalho. Para isso se tornar realidade, Marx proclama “a conquista do poder político pela classe operária” (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 30).

Manacorda destaca duas categorias importantes para compreensão do princípio educativo marxiano. Trata-se da distinção entre o ensino politécnico e tecnológico. O primeiro diz respeito às escolas historicamente existentes, cujo ensino não modifica a relação de trabalho do operário, apenas o prepara para os vários trabalhos ou para as variações dos trabalhos.

O ensino politécnico não proporciona uma formação unificada entre teoria e prática e, com isso, impossibilita uma plena e total manifestação do homem, independentemente das suas ocupações específicas. O ensino tecnológico proporciona isso, uma vez que “sublinha, com sua unidade de teoria e prática, o caráter de totalidade ou onilateralidade do homem, não mais dividido ou limitado apenas ao aspecto manual ou apenas ao aspecto intelectual da atividade produtiva” (MANACORDA, 1991, p. 32).

Conforme constata Manacorda, a concepção marxiana identifica o trabalho com a essência humana, pois a primeira ação histórica do homem foi a produção da própria vida material, portanto, sem o trabalho a vida não subsistiria. Assim, não se trata de suprimir o trabalho em si, mas “a subordinação servil dos indivíduos à divisão do trabalho, e, portanto, o contraste entre trabalho intelectual e físico (...)” (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 39).

A partir desse pressuposto, Manacorda conclui que a tese marxiana não se reduz a um trabalho com objetivos meramente profissionais, com função didática como instrumento de verificação das noções teóricas ou, ainda, com fins morais de educação do caráter e da formação de uma atitude de respeito em relação ao trabalho e ao trabalhador.

Nessa direção, para Marx o objetivo da educação é o desenvolvimento completo do homem, definido como “onilateral” e se realiza sobre a base do trabalho, já que sendo esta atividade vital humana, no trabalhador está contida também uma possibilidade humana universal, que é a “onilateralidade” (MANACORDA, 1991, p. 67-68). A partir dessas distinções – “ensino tecnológico / politécnico”, “onilateralidade / unilateralidade” – analisamos a educação pelo trabalho praticada na Fazenda do Rosário.

A principal atividade desenvolvida foi o trabalho agrícola, no qual os meninos eram obrigados a desempenhar o trabalho para o qual estavam designados, sendo que o ensino escolar ficava em segundo plano. Esse encaminhamento se distancia do ensino tecnológico preconizado pelos princípios marxianos, uma vez que não une a teoria e a prática, mantendo o trabalhador parcialmente formado no trabalho manual, sem, no entanto, ter acesso ao aspecto intelectual da atividade produtiva.

Sendo assim, os meninos da Fazenda do Rosário tinham vivência prática do trabalho agrícola, mas não adquiriam os fundamentos científicos desse trabalho. Nesse aspecto, eram formados para trabalhar nas fazendas vizinhas, executando tarefas pré-determinadas, não adquirindo habilidades para alterar sua relação com esse trabalho.

Na Fazenda do Rosário, a união entre ensino e trabalho visava à formação do caráter e à profissionalização dos meninos e, ainda, à construção de uma relação de

respeito frente ao trabalho, para que, em última instância, alcançassem uma maior adaptação à sociedade, que, ao contrário do que pensava Marx, não caberia ser transformada, já que os meninos eram encaminhados à instituição justamente para manter a ordem social estabelecida.

Lembramos que, no sentido marxiano, o homem se distingue dos animais pelo trabalho, agindo voluntária e conscientemente com base num plano, transformando a natureza e se transformando nesse processo. Quando as ações humanas ocorrem apenas numa esfera de adaptação a uma realidade pré-estabelecida, o que se perde é a capacidade específica dos seres humanos de agir voluntária e conscientemente, quer dizer, perde-se, justamente, a sua distinção dos animais.

No perfil dos meninos atendidos na Fazenda do Rosário, o recorte de classe é claramente estabelecido, principalmente a partir do conceito de “excepcional social” praticado por Helena Antipoff: aqueles cujas condições de vida familiar ou social impediam uma adequada estimulação, geralmente meninos abandonados, vindos dos abrigos em Belo Horizonte que, uma vez institucionalizados, recebiam formação para ingressar imediatamente no mercado de trabalho, já que eram considerados inaptos para prosseguir nos estudos acadêmicos. Ou seja, era uma educação pelo e para o trabalho, que não se destinava a todas as crianças, mas para aquelas advindas de uma classe específica, cuja perspectiva de vida egressa era pré-determinada.

Apesar do destino dos meninos ser estabelecido mesmo antes de sua chegada à instituição, a necessidade de se conhecer a aptidão de cada um deles constituía uma justificativa para a utilização do trabalho como meio educativo e, dessa maneira, partia-se do pressuposto de uma disposição natural que precisava ser descoberta.

Esse desenvolvimento espontâneo é, na perspectiva marxiana, por si mesmo parcial, pois não coloca o indivíduo frente ao mundo concreto e das relações sociais; colocado frente a si mesmo, as modificações físicas e sociais acontecem apenas individualmente, o que para Marx não interessa, uma vez que “o jovem e o homem encontram sempre o mundo pronto e acabado, daí que nada mais façam que ‘descobrirem a si mesmos’; não se faz absolutamente nada ‘para que alguma coisa possa ser encontrada’” (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 106).

Na Fazenda do Rosário até a “descoberta de si mesmo” acontecia de forma parcial; as possibilidades de trabalho apresentadas aos meninos restringiam-se a operações mecânicas, a trabalhos manuais, como capinar, rasgar palha, debulhar milho, plantar, transportar lenha, catar esterco, cuidar da horta, servir aos pedreiros.

Quando efetuamos nossa crítica às atividades desenvolvidas na Fazenda do Rosário, não desconsideramos que, no período analisado (décadas de 1930 e 1940), o acesso à escolarização era restrito e que, portanto, boa parte da população ficava excluída desse processo. No entanto, não consideramos a impossibilidade de acesso à escola como referência que justifique uma análise positiva das atividades da instituição.

Helena Antipoff, ao se preocupar com a educação daqueles considerados “excepcionais”, empenhando-se na criação de instituições específicas para atendê-los, suscita, num primeiro momento, um sentimento de admiração. Contudo, quando aprofundamos o estudo a esse respeito, verificamos que a educadora russa não questiona as condições sociais que engendram o perfil de “excepcionalidade”, sendo que, seus instrumentos de trabalho, principalmente os testes psicológicos, justificam a manutenção desses perfis.

Partimos também para uma leitura Gramscianiana que, conforme Manacorda, possui uma fundamentação mais cultural da relação ensino-trabalho, constituindo-se num desenvolvimento das teses marxianas (MANACORDA, 1991, p. 137-138).

Gramsci não considera a inserção da criança na produção, sua idéia é desenvolver a capacidade de trabalho, num processo coordenado com a fábrica, mas dela separado, no que enxergamos um avanço em relação às idéias marxianas. Além disso, Gramsci é contemporâneo ao Movimento Renovador e suas considerações a esse respeito mostram uma postura crítica, oferecendo, assim, uma contribuição importante para o nosso trabalho, no sentido de apreendermos essas críticas, verificando se são pertinentes para fundamentar as nossas, relacionadas à Fazenda do Rosário.

Ao analisar esse contexto, Gramsci percebeu uma tendência de se restringir as escolas formativas a uma pequena elite que não precisava se preocupar com a formação profissional e, paralelamente, havia a difusão das “escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados” (GRAMSCI, 1978, p. 118), sendo que o mais paradoxal é que esse tipo de escola era apresentado como democrático. Acreditamos que isso se aplica à Fazenda do Rosário, no sentido de que “na realidade, não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas” (GRAMSCI, 1978, p. 136).

Para Gramsci, escolas profissionais, e, nesse caso, incluímos a Fazenda do Rosário, engendram estratificação social, pois se destinam a perpetuar determinadas funções, a partir de uma especialização unilateral do trabalho, permitindo a qualificação do trabalhador, sem suprimir a discriminação que se revela no fato de cada grupo social ter a sua escola, tendendo assim “a eternizar as diferenças tradicionais” (GRAMSCI, 1978, p. 137).

Verificamos essa estratificação quando acompanhamos a trajetória dos egressos da Fazenda do Rosário. Dos 222 meninos que deixaram a instituição até 1952, apenas 9 deles, ou seja, cerca de 4%, deram continuidade aos estudos, ingressando no ensino secundário. Os demais, ou seja, 96%, concluíram apenas o ensino primário ou tornaram-se operários.

Gramsci propõe, como direção para a mudança desse processo de estratificação e discriminação, a Escola Única:

(...) Escola Única de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1978, p. 118).

A Escola Única de Gramsci corresponde ao período da escola elementar e média, sendo que o grau elementar teria no máximo quatro anos e contemplaria, além do ensino das noções instrumentais de instrução, como ler, escrever, fazer contas, geografia, história, deveria conter as primeiras noções de Estado e Sociedade, “como elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais (...)” (GRAMSCI, 1978, p. 122).

A segunda parte do curso deveria durar por volta de seis anos e seria decisiva, pois deveria criar valores como “autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários) seja de caráter prático-produtivo (indústria, burocracia...)” (GRAMSCI, 1978, p. 124).

Para Gramsci, a união ensino e trabalho não significa a aprendizagem técnica e preparação mecânica para o mercado de trabalho, representa a aquisição de hábitos adequados para lidar no mundo do trabalho, num processo que deve se iniciar desde a

primeira infância e se estender até aos 16-18 anos, rejeitando qualquer profissionalização até a finalização dessa formação.

A Escola Única, visando criar o hábito de estudo e a formação da personalidade das crianças, é marcada por uma postura disciplinar imposta de fora, pressuposto insubstituível ao futuro exercício da autodisciplina e autonomia, já que para Gramsci, “estudo é também um trabalho (...) é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e mesmo sofrimento” (GRAMSCI, 1978, p. 137-138).

Apresentamos essa citação de Gramsci em contraponto direto aos fundamentos da Pedagogia Nova, endossados por Helena Antipoff, que acreditava existir na criança todo o potencial humano e a educação deveria ajudar apenas no desenvolvimento do que se possui latente, deixando operar as forças espontâneas na natureza. Somos partidários da concepção gramsciniana, que percebe o homem como uma formação histórica e que renunciar sua formação “significa permitir que sua personalidade se desenvolva absorvendo caoticamente do ambiente todos os estímulos da vida” (GRAMSCI apud NOSELLA, 2004, p. 12).

O desenvolvimento espontâneo dos meninos da Fazenda do Rosário significou a absorção de uma formação limitada – no trabalho manual agrícola – não havendo espaço para o amadurecimento de sua personalidade para a escolha da profissão, num momento mais amadurecido, uma vez que desde os 7 anos de idade já desempenhavam suas funções. Partia-se do pressuposto de que cada criança possui dons natos, acreditava-se que naturalmente cada uma “descobriria” sua profissão. Lembramos que dentro de um limitado rol de possibilidades.

Nem a Escola Tradicional, nem a Escola Nova, nem mesmo uma escola de princípios educativos marxianos, preferíamos ver os meninos da Fazenda do Rosário na Escola Única proposta por Gramsci, onde não haveria “inventores” e “descobridores”, mas alunos que tomariam posse de um método de investigação e de conhecimento que os levariam “a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (GRAMSCI, 1978, p. 121), para aí sim, poderem escolher a sua formação profissional, “formando-se entrementes como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (GRAMSCI, 1978, p. 121).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTIPOFF, Daniel (1975). **Helena Antipoff. Sua vida, sua obra**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

ANTIPOFF, Helena (S/D). **Trabalho: Ensaio Psicológico com Algumas Contribuições Experimentais por Helena Antipoff**. Caixa H1 – 1C Pasta 4 Documento 1. Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff – CDPHA – Biblioteca Central da UFMG.

ANTIPOFF, Helena (1952). **A Fazenda do Rosário através dos Registros**. In: ANTIPOFF, H. *‘Histórico’ da Fazenda do Rosário*, escrito por D. Helena em setembro de 1952. Fonte Datilografada. Centro de Documentação da Fundação Helena Antipoff, Ibirité, Minas Gerais. Publicado no Boletim da Sociedade Pestalozzi do Brasil, Rio de Janeiro, 1953.

ANTIPOFF, Helena (1952a). **‘Histórico’ da Fazenda do Rosário**, escrito por D. Helena em setembro de 1952. Fonte Datilografada. Centro de Documentação da Fundação Helena

Antipoff, Ibirité, Minas Gerais. Publicado no Boletim da Sociedade Pestalozzi do Brasil, Rio de Janeiro, 1953.

ANTIPOFF, Helena. (1992a). **A Experimentação Natural: Método Psicológico de Lazursky**. In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Psicologia Experimental*, Vol. 1, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas. Publicado inicialmente em 1927.

ANTIPOFF, H. (1992b) **A Formação Física, Intelectual e Moral das Crianças ao Saírem da Escola Pública Primária de Belo Horizonte** In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Fundamentos da Educação*, Vol. 2, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas. Publicado inicialmente em 1932.

ANTIPOFF, Helena (1992c). **O Papel Educativo e Social das Classes Especiais**. In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Educação do Excepcional*, Vol. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas. Publicado inicialmente em 1934.

ANTIPOFF, Helena (1992d). **A Função Social da Assistência às Crianças Excepcionais**. In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Educação do Excepcional*, Vol. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas. Publicado inicialmente em 1946.

ANTIPOFF, Helena. (1992e). **Alguns Fundamentos Psicopedagógicos dos Trabalhos Manuais com Alunos de 12 – 14 Anos**. In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Fundametros da Educação*, Vol. 2, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas. Publicado inicialmente na década de 1950.

ANTIPOFF, Helena. (1992f). **Os Retardados Mentais**. In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Educação do Excepcional*, Vol. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas. Publicado inicialmente na década de 1950.

ANTIPOFF, Helena. (1992g). **Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais: 1932 – 1962 – Notas por Helena Antipoff**. In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Educação do Excepcional*, Vol. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas, p.271. Publicado inicialmente em 1963.

ANTIPOFF, Helena. (1992h). **De Lustro em Lustro: os Jubileus das Três Instituições para Excepcionais – Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte, Fazenda do Rosário Ibirité, Sociedade Pestalozzi do Brasil do Rio de Janeiro**. In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Educação do Excepcional*, Vol. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas. Publicado inicialmente em 1965.

ANTIPOFF, Helena. (1992i). **A Fazenda do Rosário – Sua Experiência – sua Filosofia**. In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Educação Rural*, Vol. 4, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas. Publicado inicialmente em 1966.

ANTIPOFF; BARBOSA (1992). **Material para Estudo da Experimentação Natural no trabalho – década de 1940: Escola Rural D. Silvério – Outubro de 1943 – Como Método de Experimentação**. In: CDPH (Org.), *Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Educação do Excepcional*, Vol. 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas. Publicado inicialmente em 1943.

ANTIPOFF; OTTONI; DUARTE (1958). **Experimentação Natural como Método para Estudo da Personalidade e da Educação do Caráter**. In: *Revista Brasileira de Saúde Mental*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil.

BASAGLIA, F. & BASAGLIA, F. (1977). **Los crímenes de la Paz: Investigación sobre los Intelectuales y los Técnicos como Servidores de la Oposición**. Mexico, Siglo XXI.

CAMPOS, Regina Helena Freitas. (Org). (2002). **Helena Antipoff e a Psicologia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica.

CLAPARÈDE, Edouard (1953). **A Escola Sob Medida e Estudos Complementares sobre Claparède e sua Doutrina**, por Jean Piaget, Louis Meylan e Pierre Bovet. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

GRAMSCI, Antonio (1978). **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MANACORDA, Mario Alighiero (1991). **Marx e a Pedagogia Moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira; revisão técnica de Paolo Nosella; prefácio de Demerval Saviane – São Paulo: Cortez: Autores Associados.

MARX, Karl (1975) **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. Vol. I. 3ª ed. Tradução de Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, p. 293.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (1965). **A Ideologia Alemã e Outros Escritos**. Seleccionados por Otavio Ianni. Trad. Valtensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

NOSELA, Paolo (2004). **A Escola de Gramsci**. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

PINHEIRO, Irene de Melo (1986). **Hoje, Fundação Helena Antipoff**. In: *Mensageiro Rural*. Fundação Helena Antipoff, 1986.

RAFANTE, Heulalia Charalo (2006). **Helena Antipoff e o Ensino na Capital Mineira: a Fazenda do Rosário e a Educação pelo Trabalho dos Meninos “Excepcionais” de 1940 a 1948**. 260 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de São Carlos.

---

<sup>1</sup> Este trabalho compõe a Dissertação de Mestrado intitulada “Helena Antipoff e o Ensino na Capital Mineira: a Fazenda do Rosário e a Educação pelo Trabalho dos Meninos ‘Excepcionais’ de 1940 a 1948”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por Heulalia Charalo Rafante, sob orientação da Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes, financiada pela CAPES e defendida em setembro de 2006.

<sup>2</sup> Historiadora pela Universidade Federal de Ouro Preto, Mestre em Educação pela UFSCar, Doutoranda em Educação pela UFSCar. Integrante do Grupo de Pesquisa *Terapia Ocupacional e Educação no Campo Social* – CNPq e do Núcleo UFSCar do HISTEDBR. Bolsista CNPq. [heulaliarafante@yahoo.com.br](mailto:heulaliarafante@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Terapeuta Ocupacional pela Universidade de São Paulo (USP), Especialista em Saúde Pública pela USP, Mestre em Educação pela UFSCar e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Integrante do Núcleo UFSCar do HISTEDBR. Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Terapia Ocupacional e Educação no Campo Social* – CNPq. Bolsista CNPq. [relopes@ufscar.br](mailto:relopes@ufscar.br)

---

<sup>4</sup> Proposta desenvolvida por Claparède, inspirado pelos exemplos de Dewey, Decroly e Montessori, segundo a qual a educação deveria ter como centro dos programas e dos métodos escolares a criança e considerar as aptidões individuais, sendo que “uma aptidão é uma disposição natural a comportar-se de certa maneira, a compreender ou sentir de preferência certas coisas ou a executar certas atividades de trabalho (...). Cada aptidão implicava, necessariamente, o desenvolvimento de certas habilidades (...) e elas variavam de um indivíduo para outro, e cada um carregava uma diversidade de aptidões, cuja média determinava a “*inteligência global*” (CLAPARÈDE, 1953, p. 167).

<sup>5</sup> A experimentação natural, metodologia desenvolvida pelo psicólogo russo Alexandre Lazurski a partir da observação dos alunos em suas atividades escolares, consistia em observar e escolher comportamentos do indivíduo a partir de atividades reais e a cada reação típica atribuir uma significação caracterológica que, segundo a intensidade da manifestação, avaliava-se o grau da reação psicológica. Além de estudar o indivíduo em situações reais, outra vantagem do método: “pode ser aplicado em qualquer ambiente; o método se impõe principalmente onde se tem a necessidade de conhecer o pessoal que nele se acha” (ANTIPOFF; OTTONI; DUARTE, 1958, p. 17)

Artigo recebido em: 29/02/09

Aprovado para publicação em: 30/06/09